



UFMA

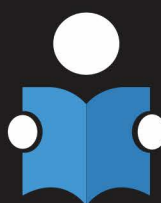
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Legislação e Normas
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL Nº 35, DE 2
DE MARÇO DE 2026**



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Técnico em Assuntos Educacionais

EDITAL Nº 35, DE 2 DE MARÇO DE 2026

CÓD: SL-009MR-26
7908433292371

Língua Portuguesa

1. Gêneros e Tipos Textuais: Características, funcionalidades e sequências (narrativa, descritiva, argumentativa, injuntiva)	7
2. Compreensão e Interpretação: Identificação de ideias principais, inferências e pressupostos	12
3. Mecanismos de Textualidade: Coesão (referencial e sequencial), coerência, intertextualidade e informatividade	16
4. Semântica: Sinonímia, antonímia, polissemia, ambiguidade e implícitos	17
5. Figuras de linguagem	18
6. Morfologia: Classes de palavras	22
7. Processos de formação, elementos mórficos	30
8. Flexão nominal e verbal	31
9. Sintaxe: Análise morfossintática, termos da oração, subordinação, coordenação	34
10. Concordância verbal/nominal	38
11. Regência verbal/nominal	41
12. Norma Culta	43
13. Pontuação	44
14. Acentuação gráfica	46
15. Crase	47
16. Colocação pronominal	48
17. Redação Oficial: Documentos padrão ofício (ata, edital, portaria, relatório) e normas do Manual de Redação da Presidência da República	49

Noções de Informática

1. Sistemas Operacionais: Windows (uso de interface, arquivos e pastas)	63
2. Suítes de Escritório: Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint)	85
3. Internet e Redes: Navegadores (Chrome, Firefox, Edge), busca na Web, Intranet e Extranet	122
4. Segurança da Informação: Vírus, malware, phishing	127
5. Backup	132
6. Armazenamento em nuvem	133
7. Inteligência Artificial: aspectos legais, éticos, automação e produtividade no setor público	134

Legislação e Normas

1. Direito Constitucional: Princípios fundamentais, Direitos e Garantias Fundamentais e Organização do Estado	141
2. Administração Pública: Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990)	167
3. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - TAE (Lei nº 11.091/2005)	193
4. Ética e Processo Administrativo: Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994)	198
5. Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999)	200
6. Combate à Corrupção: Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992)	206
7. Transparência e Dados: Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011)	215
8. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018)	223

Conhecimentos Específicos

Técnico em Assuntos Educacionais

1. Política educacional: políticas educacionais brasileiras pós-1990	241
2. Ensino superior como direito	242
3. Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e seus desdobramentos	244
4. Educação profissional e tecnológica: ações e políticas de formação, organização, financiamento, competências e responsabilidades; formação de docentes; certificação, gestão e avaliação; integração da educação básica à educação profissional e tecnológica; inovação, empreendedorismo e extensão tecnológica	259
5. Educação superior: ensino superior na legislação educacional; estrutura e funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); regulação, supervisão e avaliação da educação superior	260
6. Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)	262
7. Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)	281
8. Decreto nº 9.235/2017	284
9. Portaria Normativa nº 40/2007, republicada em 29/12/2010	298
10. Portarias nº 1 e nº 2/2009, que aprovam os instrumentos de avaliação de cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura	307
11. Portaria Normativa nº 12/2008 (Índice Geral de Cursos - IGC)	308
12. Portaria nº 1.081/2008	308
13. Resolução CNE/CES nº 2/2007 (carga horária e integralização dos cursos presenciais)	309
14. Pareceres CNE/CES nº 583/2001 e nº 136/2003 (Diretrizes Curriculares Nacionais)	310
15. Resolução CNE/CES nº 7/2018 (Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira)	314
16. Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)	316
17. Organização e funcionamento da educação nacional: sistemas, níveis e modalidades de ensino; articulação entre ensino presencial, híbrido e Educação a Distância (EaD); políticas de internacionalização da educação superior; gestão da qualidade acadêmica e institucional; avaliação institucional interna e externa	318
18. Fundamentos teóricos e práticas pedagógicas: concepções do processo de ensino-aprendizagem e abordagens pedagógicas; relações entre as teorias e práticas de ensino; relação professor/aluno no processo pedagógico; bases psicológicas, sociológicas e filosóficas do ensino-aprendizagem	319
19. Planejamento de ensino: Objetivos, conteúdos, métodos e técnicas	320
20. Avaliação escolar centrada na aprendizagem: Abordagens processuais, formativas e inclusivas;	322
21. Currículo, cultura e sociedade: Os modelos de discurso pedagógico e as estruturas do conhecimento;	323
22. Novas formas de organização do conhecimento: Interdisciplinaridade, flexibilização curricular e aprendizagem significativa	324
23. Tecnologia e inovação em educação: novas tecnologias aplicadas à educação; metodologias ativas e estratégias de ensino-aprendizagem; plataformas de aprendizagem virtuais e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem; mídias digitais aplicadas à educação; Educação a Distância (EaD) e ensino híbrido; recursos educacionais abertos; inteligência artificial e análise de dados educacionais (learning analytics); inovação pedagógica e metodologias ativas de aprendizagem; cultura digital e competências digitais docentes e discentes	325
24. Resolução Nº 3.912-CONSEPE, 05 de junho de 2025: Política de Qualidade dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão	326
25. Resolução Nº 1041-CONSEPE, de 22 de julho de 2013 e atualizações: Programa de Qualidade dos Cursos de Pós-Graduação da UFMA	330

LÍNGUA PORTUGUESA

GÊNEROS E TIPOS TEXTUAIS: CARACTERÍSTICAS, FUNCIONALIDADES E SEQUÊNCIAS (NARRATIVA, DESCRITIVA, ARGUMENTATIVA, INJUNTIVA)

O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.

- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.

- **Exemplos de gêneros textuais descritivos:** anúncios classificados, cardápios, biografias, manuais e relatos de viagem.

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

Características principais:

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.

- **Exemplos de gêneros textuais injuntivos:** receitas culinárias, bulas de remédio, manuais de instrução, regulamentos e editais.

► Tipo Textual Expositivo

O texto expositivo tem como principal objetivo informar, esclarecer ou explicar determinado assunto ao leitor. Sua função é apresentar informações de forma clara, imparcial e objetiva, sem a intenção de convencer ou influenciar.

Características principais:

- Apresenta uma estrutura clara, com introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Uso de linguagem formal, objetiva e impessoal.
- O verbo é empregado predominantemente no presente, e a organização das ideias segue uma sequência lógica e ordenada.

- **Exemplos de gêneros textuais expositivos:** enciclopédias, artigos científicos, verbetes de dicionário, palestras e entrevistas.

► Tipo Textual Dissertativo-Argumentativo

O tipo dissertativo-argumentativo é amplamente utilizado em redações de concursos e vestibulares. Seu objetivo é expor ideias, discutir um tema e defender um ponto de vista, utilizando argumentos consistentes e bem estruturados.

Características principais:

- Estrutura típica com introdução (apresentação da tese), desenvolvimento (argumentos) e conclusão (reforço ou síntese da ideia principal).
- Presença de elementos que visam convencer o leitor, como citações, dados estatísticos, exemplos e comparações.
- Uso de verbos no presente, em primeira ou terceira pessoa, dependendo do grau de formalidade.

▪ **Exemplos de gêneros textuais dissertativo-argumentativos:** artigos de opinião, editoriais, ensaios, resenhas e cartas argumentativas.

► Tipo Textual Narrativo

O tipo narrativo é aquele em que o autor conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, um enredo, tempo e espaço. A narrativa envolve a apresentação de eventos que se desenrolam ao longo do tempo, seguindo uma sequência lógica.

Características principais:

- Presença de personagens, narrador, enredo, tempo e espaço.
- Uso predominante de verbos no pretérito, que conferem a ideia de acontecimentos já ocorridos.
- Pode adotar diferentes tipos de narrador, como o narrador em primeira pessoa (participa da história) ou o narrador em terceira pessoa (observador ou onisciente).

▪ **Exemplos de gêneros textuais narrativos:** contos, romances, fábulas, crônicas e lendas.

RELAÇÃO ENTRE OS TIPOS TEXTUAIS E A FUNÇÃO COMUNICATIVA

Os tipos textuais servem como base para a construção de qualquer texto e têm uma função comunicativa que orienta a escolha das estruturas gramaticais, do vocabulário e do estilo de escrita. Por exemplo, ao produzir um texto narrativo, espera-se que haja uma sequência de ações e eventos; ao criar um texto dissertativo-argumentativo, é necessário apresentar e defender uma ideia de forma lógica e coerente.

A compreensão das características dos tipos textuais é fundamental para que os candidatos sejam capazes de identificar a estrutura e a finalidade dos textos em provas de concursos públicos, assim como para que possam produzir redações de acordo com as exigências da banca examinadora. Portanto, o conhecimento aprofundado dos tipos textuais é um diferencial importante para o sucesso em questões que abordam análise e produção textual.

► Análise dos Principais Tipos Textuais

Os tipos textuais são a base que orienta a construção e a organização de um texto, guiando a forma como as informações são apresentadas e recebidas pelo leitor. A seguir, analisaremos em detalhes os cinco principais tipos textuais: descritivo, injuntivo, expositivo, dissertativo-argumentativo e narrativo, destacando suas características, usos e exemplos práticos. Esse entendimento é fundamental para a interpretação e produção de textos, especialmente em contextos como concursos públicos e vestibulares, nos quais a capacidade de identificar e aplicar os tipos textuais é frequentemente avaliada.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo textual descritivo tem como objetivo pintar uma imagem mental de um objeto, pessoa, ambiente, situação ou sentimento, fornecendo detalhes que ajudam o leitor a “visualizar” o que está sendo descrito. É comum encontrar a descrição em textos literários, em que o autor deseja criar um cenário ou caracterizar um personagem, mas ela também aparece em textos não literários, como anúncios classificados, cardápios e laudos médicos.

Características principais:

- **Uso de adjetivos e locuções adjetivas:** Proporcionam detalhes sobre características físicas ou emocionais do que está sendo descrito.
- **Verbos de ligação:** Verbos como “ser”, “estar” e “parecer” são frequentes, pois ajudam a conectar as características ao objeto descrito.
- **Detalhamento minucioso:** Enumeração de características que podem incluir cor, forma, tamanho, textura, cheiro e emoções, tornando a descrição rica e detalhada.
- **Estilo estático:** A descrição não envolve ação ou movimento; o foco é a apresentação das características.
- **Exemplos de uso:** Biografias, descrições em romances, relatórios técnicos e anúncios de classificados.
- **Exemplo prático:** “A casa era pequena, de paredes brancas, janelas azuis e telhado vermelho. O jardim à frente era bem cuidado, com flores amarelas e rosas que exalavam um perfume suave.”

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo textual injuntivo, também chamado de instrucional, tem como finalidade orientar, instruir ou ordenar o leitor a realizar uma determinada ação. Esse tipo é utilizado em textos que apresentam comandos, instruções ou regras, e é bastante comum em manuais de instruções, receitas culinárias, editais de concursos e regulamentos.

Características principais:

- **Uso de verbos no modo imperativo:** O uso de verbos como “faça”, “coloque”, “misture” é frequente, indicando instruções claras e diretas.
- **Frases curtas e objetivas:** O texto é conciso e vai direto ao ponto, facilitando a compreensão do leitor.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

SISTEMAS OPERACIONAIS: WINDOWS (USO DE INTERFACE, ARQUIVOS E PASTAS)

Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

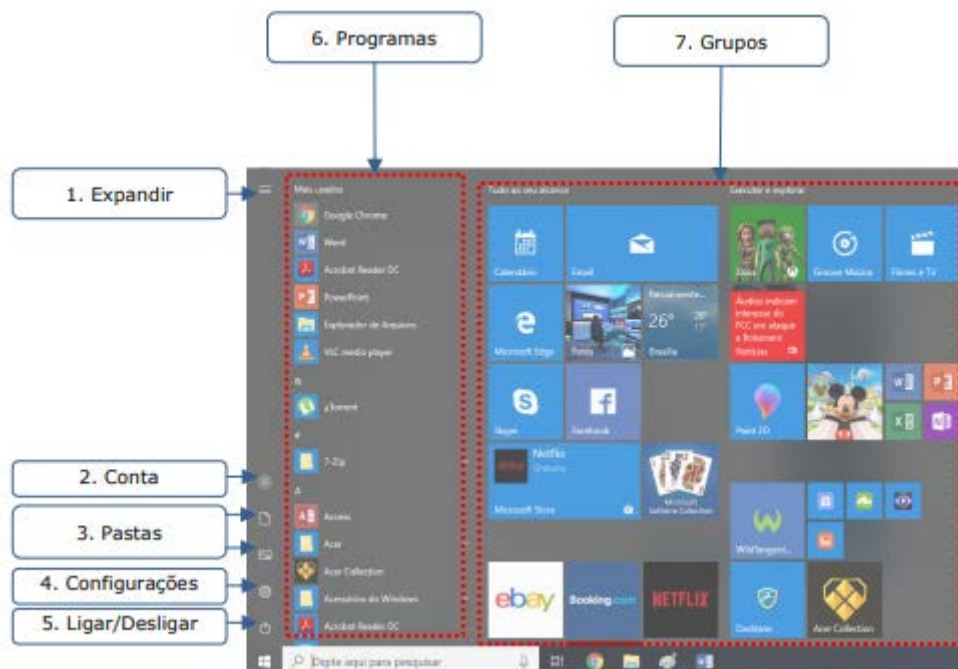
Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

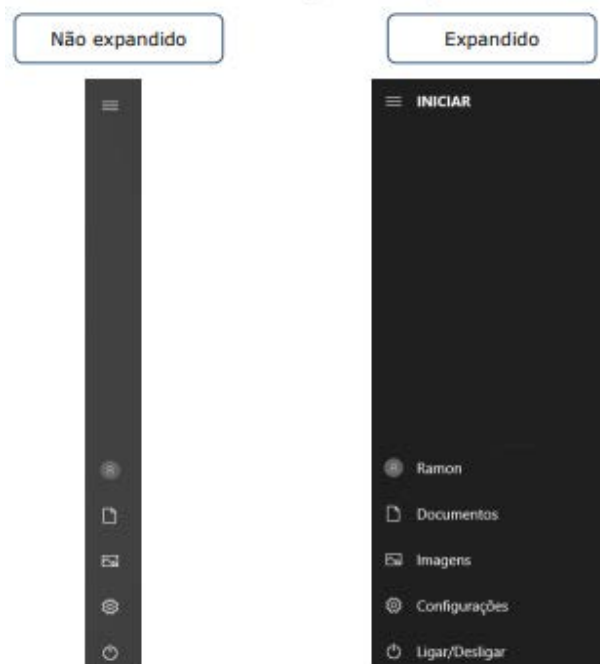
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



LEGISLAÇÃO E NORMAS

DIREITO CONSTITUCIONAL: PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

► Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não - intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;(Vide Lei nº 13.105, de 2015)(Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;(Vide Lei nº 9.296, de 1996)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

POLÍTICA EDUCACIONAL: POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS PÓS-1990

A década de 1990 marca um ponto de inflexão na formulação e implementação de políticas públicas educacionais no Brasil. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o país passou a reestruturar sua legislação e sua prática administrativa à luz dos princípios democráticos, da descentralização e da busca por equidade social. Nesse cenário, as políticas educacionais passaram a ter como foco a universalização do acesso à educação, a melhoria da qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação e a criação de mecanismos de avaliação e controle social. O período pós-1990 também é caracterizado pela crescente influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a UNESCO, que passaram a pautar, direta ou indiretamente, muitas das reformas empreendidas no sistema educacional brasileiro.

CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO PÓS-1990

O cenário político e social brasileiro pós-1988 é profundamente influenciado pela transição democrática. A Constituição Federal de 1988, considerada a “Constituição Cidadã”, estabeleceu um novo paradigma para os direitos sociais, incluindo a educação. Em seu artigo 205, define que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. A partir dessa definição, o Estado brasileiro passou a ter responsabilidades mais claras e amplas no campo educacional.

O artigo 206 da Constituição estabeleceu princípios fundamentais para a educação nacional, tais como igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, gestão democrática do ensino público e valorização dos profissionais da educação. Esse novo marco legal exigiu a reorganização das políticas públicas, com foco em equidade, qualidade e participação social.

Além disso, a década de 1990 é marcada pela intensificação da globalização e pela adesão do Brasil a acordos e orientações internacionais no campo educacional. O país participou ativamente da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, 1990), reafirmando seu compromisso com a universalização do ensino fundamental. Organismos multilaterais, como o Banco Mundial e a OCDE, passaram a influenciar as reformas educacionais ao recomendar políticas de descentralização, avaliação de resultados e eficiência administrativa.

Internamente, governos como os de Fernando Collor, Itamar Franco e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso, buscaram implementar reformas estruturais no setor educacional, alinhando-se a essas tendências globais. A ideia de “Estado avaliador” ganhou força, e a educação passou a ser tratada como um setor estratégico para o desenvolvimento nacional e para a superação da pobreza.

A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDBEN/1996

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como LDBEN, substituiu a antiga Lei nº 5.692/1971, atualizando o marco legal da educação brasileira de acordo com os princípios constitucionais de 1988. Ela define e organiza a educação nacional em seus diferentes níveis e modalidades, além de estabelecer os direitos e deveres do Estado, das instituições e dos profissionais da educação.

Um dos grandes avanços da LDB foi a consolidação da educação básica como direito universal, abrangendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A obrigatoriedade da matrícula escolar foi ampliada posteriormente pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que determinou a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos de idade.

A LDB também trouxe diretrizes importantes sobre a gestão democrática do ensino público (artigo 14), a valorização dos profissionais da educação (artigos 61 a 67), e a organização curricular (artigos 26 e 27), que deve respeitar as diversidades regionais e culturais do país. A lei reforçou o regime de colaboração entre os entes federativos (União, estados e municípios), previsto no artigo 211 da Constituição, estabelecendo competências específicas e conjuntas na oferta da educação.

Além disso, a LDB permitiu maior autonomia para as universidades e instituiu o Plano Nacional de Educação como instrumento de planejamento de longo prazo. A partir da sua promulgação, o Brasil passou a contar com uma legislação mais flexível e orientada para resultados, embora desafios de implementação, financiamento e fiscalização ainda persistam.

PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO (PNE) E A BUSCA POR METAS

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um dos principais instrumentos de planejamento estratégico da política educacional brasileira. Previsto no artigo 214 da Constituição Federal, o PNE deve estabelecer diretrizes, metas e estratégias para a educação nacional a cada dez anos.

O primeiro PNE, instituído pela Lei nº 10.172/2001, fixou metas para o período de 2001 a 2010, contemplando desde a educação infantil até a pós-graduação. No entanto, a ausência de mecanismos de responsabilização, de financiamento garantido e de acompanhamento sistemático comprometeu sua efetividade. Diversas metas não foram cumpridas integralmente, especialmente aquelas relacionadas à universalização do ensino médio e à valorização docente.

Em resposta às fragilidades do primeiro plano, o segundo PNE, instituído pela Lei nº 13.005/2014, para o período de 2014 a 2024, trouxe avanços significativos. O novo plano contém 20 metas e mais de 250 estratégias, com foco em:

- Universalização da educação básica;
- Alfabetização na idade certa;
- Expansão da educação integral;
- Inclusão e equidade educacional;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Ampliação do financiamento para 10% do PIB.

O PNE 2014-2024 também instituiu mecanismos de monitoramento, com a atuação do Fórum Nacional de Educação (FNE) e a obrigação de produção de relatórios bienais. Ainda assim, o cumprimento das metas tem sido insuficiente, especialmente no que se refere à formação de professores, à expansão da educação integral e ao financiamento educacional. A ausência de uma coordenação federativa robusta e o desmonte de espaços de participação social, como o próprio FNE, durante os anos recentes, agravaram o quadro.

AValiação e Qualidade: Ideias de Eficiência na Gestão Educacional

A partir dos anos 1990, o Brasil passou a investir fortemente na criação de sistemas de avaliação educacional com o objetivo de produzir dados confiáveis para orientar políticas públicas e promover a accountability educacional. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) passou a desempenhar papel central nesse processo.

Destacam-se nesse período a consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a criação da Prova Brasil, a transformação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em principal instrumento de acesso à educação superior, e a instituição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2007.

O IDEB, por exemplo, combina indicadores de rendimento escolar (taxas de aprovação) com o desempenho dos alunos em avaliações padronizadas. Ele permite o acompanhamento dos resultados por escola, rede e ente federativo, promovendo metas bienais de desempenho. Embora útil como ferramenta de diagnóstico, o IDEB é criticado por induzir práticas pedagógicas voltadas apenas para o resultado da avaliação, em detrimento de uma formação mais integral.

No ensino superior, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, estabeleceu a Avaliação das Instituições (AI), do Curso (AC) e do Desempenho dos Estudantes (ENADE), buscando assegurar a qualidade da oferta educacional.

Apesar dos avanços na cultura de avaliação, os instrumentos ainda enfrentam limitações, especialmente quanto à contextualização dos resultados e à sua utilização para fins de melhoria da aprendizagem. Muitas vezes, os dados produzidos não se traduzem em políticas pedagógicas efetivas nas escolas.

PROGRAMAS DE EXPANSÃO, INCLUSÃO E VALORIZAÇÃO

A política educacional brasileira pós-1990 também é marcada pela criação de diversos programas federais voltados para a expansão da oferta educacional, a promoção da equidade e a valorização dos profissionais da educação. Dentre os mais relevantes, destacam-se:

- O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criado pela Emenda Constitucional nº 14/1996, e posteriormente substituído pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006. O novo FUNDEB, permanentemente a partir da Emenda nº 108/2020, amplia o alcance do financiamento e melhora a redistribuição de recursos entre estados e municípios.
- O Programa Bolsa Família, sucedido pelo Auxílio Brasil, ainda que não seja uma política estritamente educacional, teve impacto significativo ao vincular o recebimento do benefício à frequência escolar de crianças e adolescentes.
- O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a alimentação escolar e o transporte escolar rural são exemplos de políticas de apoio direto à permanência dos estudantes na escola.
- No campo do ensino superior, destacam-se o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que ampliaram o acesso de estudantes de baixa renda às universidades particulares.

Quanto à valorização docente, a promulgação da Lei nº 11.738/2008, que instituiu o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica, foi um marco. No entanto, muitos estados e municípios ainda resistem ao seu cumprimento integral, o que evidencia as dificuldades de articulação federativa. A formação continuada, promovida por programas como o PARFOR e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), também merece destaque, embora ainda enfrente desafios estruturais e de financiamento.

ENSINO SUPERIOR COMO DIREITO

O FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DO DIREITO AO ENSINO SUPERIOR

A Constituição Federal de 1988 representa o principal marco normativo que estabelece o ensino superior como um direito. Em seu artigo 205, a Carta Magna afirma que:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Já o artigo 208, que trata especificamente dos deveres do Estado em relação à educação, prevê, em seu inciso V:



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!